

CAPÍTULO 11

TECNOLOGIAS DIGITAIS E FORTALECIMENTO DAS REDES DE PESQUISADORAS SURDAS: AUTORIA, COLABORAÇÃO E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO EM LIBRAS



<https://doi.org/10.68044/bc23kw87>

Débora Gonçalves Ribeiro Dias ¹

*Doutora em Educação Especial na Universidade Federal São Carlos (UFSCar).
Docente de Libras na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)*



Maria Rita Alexandre Alcanfor ²

Graduanda em Letras-Libras pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).



Jacqueline da Silva Soares ³

*Mestranda em Ciências da Educação - Instituto Educacional Professora Isaura
Bezerra (IEPIB).*



RESUMO: Este artigo analisa como as tecnologias digitais podem fortalecer redes de pesquisadoras surdas, ampliando autoria, colaboração, visibilidade e circulação do conhecimento em Língua Brasileira de Sinais. A reflexão, de natureza bibliográfica, articula estudos sobre mulheres surdas na ciência, protagonismo feminino, mídias sociais, produção audiovisual, ensino superior e divulgação científica em Libras. Argumenta-se que plataformas digitais, vídeos registros, redes sociais, repositórios e ambientes colaborativos favorecem vínculos entre pesquisadoras geograficamente dispersas, possibilitam produção autoral em língua de sinais e ampliam interlocuções acadêmicas e comunitárias. Contudo, a presença tecnológica, isoladamente, não assegura democratização do conhecimento, pois persistem barreiras linguísticas, institucionais, editoriais e de reconhecimento epistemológico. Conclui-se que o fortalecimento dessas redes exige políticas de acessibilidade linguística, valorização da Libras como língua de produção científica, participação de mulheres surdas nas decisões acadêmicas e infraestruturas digitais concebidas com protagonismo surdo, promovendo uma ciência plural, colaborativa e socialmente acessível, na educação superior e na pesquisa brasileira contemporânea.

Palavras-chave: Tecnologias digitais; Pesquisadoras surdas; Libras; Circulação do conhecimento.

INTRODUÇÃO

A expansão das tecnologias digitais alterou profundamente as formas de produzir, registrar e compartilhar conhecimentos, especialmente quando a comunicação depende de recursos visuais, multimodais e audiovisuais. Para a comunidade surda brasileira, essa transformação possui uma dimensão linguística decisiva: videochamadas, plataformas de compartilhamento, redes sociais e dispositivos móveis ampliaram as condições para que a Libras circule como língua de interação, aprendizagem, expressão cultural e divulgação de informações. Schlindwein e Rocha (2023, p. 1-2)

assinalam que canais de vídeo e diferentes plataformas passaram a viabilizar a divulgação de informações artísticas, científicas e culturais em Libras, produzindo novas possibilidades comunicacionais para pessoas surdas. Nesse cenário, a tecnologia deixa de ser apenas suporte técnico e passa a integrar práticas de linguagem, sociabilidade, formação e produção de sentidos.

Essa compreensão exige afastar uma leitura instrumental segundo a qual computadores, aplicativos e redes digitais produziram inclusão de maneira automática. Schlindwein e Rocha (2023, p. 3-4) problematizam uma definição restrita de tecnologia como conjunto de objetos físicos e enfatizam sua conexão com relações, atividades e contextos sociais. Tal perspectiva é particularmente importante quando se examinam trajetórias de mulheres surdas na universidade, pois a disponibilidade de um dispositivo não elimina desigualdades de gênero, barreiras linguísticas, assimetrias acadêmicas ou formas de deslegitimação da experiência surda. As tecnologias podem ampliar possibilidades de participação, mas seus efeitos dependem de modos de apropriação, políticas institucionais, acessibilidade linguística e reconhecimento da Libras como língua legítima de produção de conhecimento.

A discussão ganha maior densidade quando articulada à presença de pesquisadoras surdas no campo científico. Silveira e Baalbaki (2024, p. 82) observam que a desigualdade de gênero

existente na ciência se torna ainda mais complexa quando se consideram as mulheres surdas, cuja visibilidade acadêmica permanece reduzida. As autoras identificam, no contexto brasileiro, pesquisadoras surdas com doutorado e trajetórias de destaque, especialmente nas áreas de Educação e Linguística, demonstrando a constituição de um campo intelectual que já não pode ser compreendido apenas pela lógica da presença individual. A produção dessas mulheres se insere em histórias de formação, militância, docência, pesquisa, circulação em eventos, participação comunitária e construção coletiva de repertórios acadêmicos.

Neste artigo, a expressão redes de pesquisadoras surdas é empregada em sentido amplo. Não se pressupõe a existência de uma única rede formal, institucionalizada e homogênea. O termo designa relações de interlocução entre mulheres surdas que atuam ou se formam na pesquisa, bem como conexões estabelecidas com grupos de pesquisa, universidades, movimentos surdos, periódicos, eventos, coletivos, plataformas digitais e comunidades de Libras. Essas redes podem assumir configurações acadêmicas, profissionais, comunitárias e digitais, articulando autoria, reconhecimento, colaboração e circulação de saberes. A literatura analisada oferece indícios concretos dessas conexões em práticas realizadas por WhatsApp, Instagram, produção de vídeos, repositórios, periódicos e ações coletivas de pesquisadoras e lideranças surdas.

A comparação com formas anteriores de mobilização ajuda a dimensionar a mudança comunicacional. Ao reconstruir as memórias do movimento surdo no final dos anos 1990, Caldas (2021, p. 3-6) descreve encontros, comissões, deslocamentos e estratégias de divulgação que dependiam de cartas, rádio, contatos presenciais e redes organizativas locais. Em um dos depoimentos recuperados pela autora, a dificuldade de comunicação daquele período é contrastada com a maior facilidade contemporânea de mobilização. Essa memória histórica não autoriza afirmar que as tecnologias substituíram organizações, associações ou encontros presenciais; ao contrário, evidencia que os recursos digitais podem ampliar e acelerar vínculos já sustentados por pertencimento linguístico, objetivos políticos e experiências compartilhadas.

A questão central que orienta o texto é: de que maneira as tecnologias digitais podem contribuir para o fortalecimento das redes de pesquisadoras surdas, favorecendo autoria, colaboração e circulação do conhecimento em Libras? O objetivo geral consiste em analisar as potencialidades e os limites das tecnologias digitais na constituição e no fortalecimento dessas redes. Especificamente, busca-se discutir a visibilidade das mulheres surdas na ciência, examinar a relação entre Libras, audiovisual e autoria acadêmica, compreender como redes sociais e aplicativos podem apoiar conexões e ações

colaborativas e problematizar as barreiras que ainda restringem a circulação do conhecimento científico em Libras.

O estudo possui natureza bibliográfica e interpretativa. O corpus é constituído por trabalhos sobre mulheres surdas na ciência, protagonismo e liderança surda, tecnologias digitais, produção audiovisual, educação superior, tradução acadêmica e divulgação científica em Libras. A análise aproxima contribuições de Silveira e Baalbaki (2024), Rangel (2024), Lara (2024), Perlin e Jung (2024), Stumpf, Rezende-Curione e Souza (2024), Caldas (2021), Rosado, Sousa e Nejm (2017), Fernandes e Medeiros (2017), Malacarne e Oliveira (2018), Gomides *et al.* (2022), Gomides *et al.* (2023) e Schlindwein e Rocha (2023). A leitura comparativa procura preservar o escopo de cada estudo e, a partir das convergências encontradas, construir uma interpretação sobre as redes de pesquisadoras surdas, sem atribuir aos trabalhos analisados conclusões que eles não formularam diretamente.

A hipótese interpretativa sustentada é que as tecnologias digitais podem constituir infraestrutura relevante para o fortalecimento das pesquisadoras surdas quando possibilitam produção autoral em Libras, interação entre pares, registro audiovisual, compartilhamento de experiências, divulgação de pesquisas e ampliação da visibilidade pública. Contudo, a democratização do conhecimento não decorre da simples digitalização dos conteúdos. Ela depende de políticas

editoriais bilíngues, participação surda nas decisões, reconhecimento da autoria em língua de sinais, mecanismos de preservação e indexação dos vídeos registros e práticas institucionais que não convertam a Libras em mero recurso acessório. Com base nessa perspectiva, o referencial teórico é organizado em cinco eixos: visibilidade científica; autoria digital; redes e colaboração; circulação científica em Libras; e desafios institucionais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Pesquisadoras surdas, protagonismo e visibilidade científica

A presença de mulheres surdas no ensino superior e na pesquisa deve ser compreendida em uma história de conquistas acompanhadas por barreiras persistentes. O ingresso na graduação e na pós-graduação, a docência universitária e a obtenção de títulos ampliaram possibilidades de participação, mas não eliminaram a necessidade de reconhecimento. Lara (2024, p. 19) relaciona a presença de “mulheres-surdas-professoras” à constituição de intelectuais capazes de intervir nas formas de pensar a educação e a cultura surdas. Nessa perspectiva, protagonismo não significa apenas ocupar um cargo: envolve produzir interpretações, formar outros sujeitos e disputar os critérios que legitimam saberes.

A necessidade de tornar visíveis essas trajetórias são explicitadas por Silveira e Baalbaki:

Se dentro da produção de conhecimento é notável a falta de equidade entre homens e mulheres, quando se fala de mulheres surdas essa disparidade é ainda maior. O objetivo deste artigo é pôr em causa uma demanda ainda pouco discutida e apreciada no âmbito acadêmico brasileiro: dar visibilidade às pesquisadoras surdas em seus campos de atuação científica. Neste contexto, propomos apresentar um levantamento feito a respeito de mulheres surdas na(s) ciência(s) (Silveira; Baalbaki, 2024, p. 82).

O levantamento apresentado pelas autoras desloca a pesquisadora surda da posição de exceção isolada para uma presença coletiva em formação. Silveira e Baalbaki (2024, p. 85-86) registram Gladis Perlin como a primeira mulher surda a obter doutorado no Brasil e apresentam dezenas de doutoras surdas. Ao final, defendem que a visibilidade das pioneiras pode abrir caminhos para novas gerações (Silveira; Baalbaki, 2024, p. 92-93). A visibilidade funciona, portanto, como memória acadêmica e produção de horizontes de possibilidade.

Esse avanço convive com desigualdades. Perlin e Jung (2024, p. 33) observam que ainda é reduzido o número de mulheres surdas atuando nas universidades como docentes e pesquisadoras. Lara (2024, p. 18) também recorda a histórica desautorização da “mulher-surda-professora”. A advertência formulada por Perlin e Reis e recuperada pela autora sintetiza a dimensão estrutural do problema: “o mal de hoje é a dominação, a governamentalidade” (Perlin; Reis, 2012, p. 30 *apud* Lara, 2024, p. 18). A disputa, assim, alcança a autoridade

para formular problemas, produzir conceitos e falar a partir da experiência surda.

A construção dessa autoridade possui caráter coletivo. Caldas (2021, p. 3) relata que a FENEIS impulsionou encontros e debates sobre educação e políticas linguísticas e registra a parceria de Gladis Perlin com um núcleo de pesquisa universitário para promover formação em Libras. Stumpf, Rezende-Curione e Souza (2024, p. 105-106), por sua vez, analisam uma nota de repúdio assinada por doutores surdos e doutoras surdas e a interpretam como expressão histórica de mobilização acadêmica em defesa de direitos. Em ambos os casos, universidade, comunidade e ação pública aparecem interligadas.

Autoria, nesse sentido, não se reduz à assinatura de textos. Ela envolve formular perguntas, escolher a língua de produção, construir dados, registrar experiências e disputar circuitos de circulação. Quando mulheres surdas reconhecem trajetórias de pares, citam suas obras, organizam encontros e produzem registros em Libras, criam condições para uma memória intelectual coletiva. Rangel (2024, p. 65-66) mostra que a nomeação de mulheres pioneiras produz efeitos de reconhecimento e empoderamento para jovens surdas. A rede se fortalece, portanto, pela circulação de nomes, obras e narrativas que permitem a novas pesquisadoras localizar-se em uma genealogia intelectual surda.

Tecnologias digitais, Libras e autoria acadêmica

Se a visibilidade permite reconhecer quem produz conhecimento, as tecnologias digitais interferem diretamente nas formas pelas quais esse conhecimento pode ser registrado e compartilhado em uma língua de modalidade viso-espacial. Rosado, Sousa e Nejm (2017, p. 199) observam que o vídeo em Libras possui papel central como registro linguístico, educacional, social e cultural, especialmente porque a escrita em língua portuguesa não cumpre para todos os estudantes surdos a mesma função de registro que desempenha para estudantes ouvintes. Essa constatação ajuda a compreender por que a autoria acadêmica em Libras requer infraestrutura audiovisual: câmera, enquadramento, iluminação, edição, armazenamento, plataforma de publicação e critérios de preservação deixam de ser elementos periféricos e passam a compor as condições materiais da escrita sinalizada.

A experiência relatada por Rosado, Sousa e Nejm (2017, p. 200-201) é especialmente relevante por enfatizar a perspectiva expressivo-produtiva da mídia-educação. Nela, o participante não permanece apenas como consumidor de materiais; torna-se produtor de conteúdos autorais e aprende as etapas de criação de um vídeo. Os autores descrevem atividades de argumentação, roteirização, gravação, decupagem e edição e associam esse processo à aprendizagem por projetos. Para uma pesquisadora surda, dominar tais

práticas significa ampliar sua autonomia na construção de resumos em Libras, apresentações, objetos de divulgação científica, registros de entrevistas, produtos educacionais e outros gêneros acadêmicos em vídeo.

Essa autonomia não implica individualização absoluta da produção. O audiovisual acadêmico envolve frequentemente trabalho coletivo, revisão linguística, tradução, edição e negociação terminológica. Fernandes e Medeiros (2017, p. 101) mostram, no ensino superior, que a produção de materiais bilíngues em vídeo Libras pode contribuir para o letramento acadêmico e para a difusão e socialização da Libras na comunidade universitária. Os autores ressaltam ainda que a presença de estudantes surdos nas universidades demanda mudanças institucionais para que o acesso e a produção de conhecimento ocorram em Libras e em língua portuguesa escrita (Fernandes; Medeiros, 2017, p. 102-104). Em vez de compreender a tradução apenas como serviço complementar, essa perspectiva a situa em uma ecologia de produção acadêmica bilíngue.

A tecnologia digital também expande a autoria para além dos espaços formais da universidade. Schlindwein e Rocha (2023, p. 5) apontam que redes sociais e ambientes virtuais constituem espaços relevantes de educação informal, nos quais sujeitos adquirem conhecimentos, valores e repertórios ao longo das interações cotidianas. No caso de pessoas surdas, as autoras destacam que esses

ambientes foram apropriados como meios de autonomia, divulgação da Libras, luta por direitos linguísticos, aprendizagem e entretenimento (Schlindwein; Rocha, 2023, p. 5). Essa multiplicidade é importante para a ciência porque a circulação de uma pesquisadora não se encerra em periódicos: vídeos explicativos, lives, postagens, grupos de mensagem e canais temáticos podem aproximar produção científica e comunidade surda.

O repertório de plataformas disponível reforça essa possibilidade. Schlindwein e Rocha (2023, p. 7) mencionam YouTube, Instagram, Facebook e WhatsApp como ambientes que combinam vídeo em Libras, escrita, imagem, legenda e interação. Essas características multimodais favorecem diferentes formas de construção de sentidos e permitem que uma pesquisadora adapte sua comunicação ao objetivo, ao público e ao gênero discursivo. Um resumo sinalizado pode introduzir um artigo; um vídeo curto pode divulgar resultados; uma transmissão ao vivo pode criar interlocução; um grupo de mensagens pode sustentar colaboração cotidiana; um repositório pode preservar um vídeo registro acadêmico. A autoria digital, assim, torna-se distribuída em gêneros e suportes diversos.

No campo da divulgação científica, Malacarne e Oliveira (2018, p. 291) lembram que um objetivo central é “tornar o conhecimento científico mais próximo de todos”. Ao examinar sinalários científicos em Libras, os autores identificam a importância

do YouTube e de aplicativos de mensagens para a difusão e discussão de sinais, inclusive em grupos compostos por pessoas surdas e tradutores-intérpretes (Malacarne; Oliveira, 2018, p. 291). O exemplo demonstra que a tecnologia pode apoiar não somente a transmissão de um conteúdo acabado, mas também processos de negociação lexical e compartilhamento de terminologia científica, fundamentais para pesquisadoras que atuam em áreas especializadas.

Entretanto, a relação entre plataforma e autoria precisa ser tratada com cautela. Publicar um vídeo não garante que ele seja reconhecido como produção científica, preservado por longo prazo, indexado em bases, citado adequadamente ou avaliado por pares. O potencial autoral das tecnologias digitais torna mais visível uma tensão entre circulação comunitária e validação acadêmica. Uma rede de pesquisadoras surdas se fortalece quando consegue transitar entre essas duas esferas: aproveitar a agilidade das redes sociais para interlocução e divulgação, mas também assegurar formas institucionais de registro, autoria, DOI, metadados, repositórios e avaliação que deem estabilidade e reconhecimento à produção em Libras.

Nesse sentido, a discussão sobre tecnologia não pode ser dissociada da política linguística. Gomides *et al.* (2023, p. 46-47) destacam que revistas científicas com conteúdo em Libras, resumos em vídeo e recursos digitais representam avanços, mas alertam que a

tecnologia deve articular-se à identidade e à cultura surdas. Os autores também defendem que materiais e softwares voltados à comunidade surda sejam problematizados e validados com participação dessa própria comunidade. Para redes de pesquisadoras surdas, isso significa sair da posição de usuárias finais de soluções projetadas por outros e participar da concepção, avaliação e governança dos ambientes em que sua produção científica circula.

Redes digitais, colaboração e memória coletiva

As redes digitais alteram a velocidade da comunicação e as possibilidades metodológicas da pesquisa. O trabalho de Rangel oferece exemplo expressivo. Ao investigar representações de heroísmo feminino surdo, a autora utilizou o Instagram como espaço de interlocução com a comunidade. A síntese do estudo demonstra o alcance dessa estratégia:

A produção dos dados deu-se por meio da metodologia de pesquisa em mídias sociais, com uma postagem na rede social Instagram, na qual a autora recebeu 184 comentários que mencionavam 34 nomes de mulheres surdas consideradas heroínas. Essas mulheres são referenciadas pelo pioneirismo em suas áreas de atuação e pela representatividade na comunidade surda. (Rangel, 2024, p. 53)

A pesquisa mostra como uma plataforma pode ativar reconhecimento coletivo. Rangel (2024, p. 56-57) explica que a

interação em rede permite acessar opiniões e memórias, mas também exige atenção a consentimento, privacidade, temporalidade e vieses. Nas considerações finais, a autora relaciona os comentários do Instagram a uma comunidade articulada com sua história e com a valorização das lutas surdas (Rangel, 2024, p. 66). A tecnologia não cria essa memória, mas oferece uma interface para torná-la compartilhável e analisável.

Lara (2024, p. 17) oferece outro exemplo ao utilizar o WhatsApp para mapear mulheres surdas professoras no Rio Grande do Sul e coletar narrativas em vídeo. A plataforma permitiu localizar participantes, confirmar trajetórias e registrar experiências. Em um campo no qual pesquisadoras podem estar distribuídas por diferentes instituições e cidades, aplicativos de comunicação reduzem distâncias e podem apoiar convites, reuniões, divulgação de eventos, trocas bibliográficas e construção de projetos.

O contraste com a organização de décadas anteriores é significativo. Caldas (2021, p. 4-6) reconstrói mobilizações do movimento surdo no final dos anos 1990, quando comissões dependiam de deslocamentos, encontros presenciais, rádio e contatos locais. Hoje, chamadas de eventos, vídeos em Libras e materiais de pesquisa podem chegar rapidamente a interlocutoras de diferentes regiões. Essa ampliação de escala, porém, só produz rede acadêmica

quando a interação sustenta confiança, reciprocidade e objetivos comuns.

Perlin e Jung (2024, p. 29) descrevem um grupo de trabalho sobre mulheres surdas no qual professoras surdas, pesquisadoras e tradutoras-intérpretes colaboraram no registro de relatos com apoio de recursos digitais. Stumpf, Rezende-Curione e Souza (2024, p. 105-106) registram outra modalidade de ação coletiva ao destacar uma nota assinada por doutores surdos e doutoras surdas. Os exemplos mostram que tecnologias podem sustentar documentação, articulação e posicionamento público, sem substituir a dimensão humana e política da rede.

O valor dessa atuação coletiva é sintetizado por Perlin e Jung:

Se as questões das mulheres surdas não forem colocadas em evidência, pode haver uma leitura equivocada de estarem imersas em atos de “não ação”. As mulheres surdas também são sujeitas do processo. Assim, a luta das mulheres surdas deve ser construída em conjunto com a sociedade. Luta surda que constrói e que visa romper com as narrativas que não pertencem às pessoas surdas, especialmente aquelas que tentam manter esse grupo no lugar da deficiência. É urgente promover a mudança dessa concepção que a sociedade tem sobre as mulheres surdas e fazer valer o direito básico e fundamental a políticas diferenciadas, que são necessárias à plena participação social desse grupo (Perlin; Jung, 2024, p. 39).

A passagem reforça que protagonismo não significa isolamento. O fortalecimento das pesquisadoras surdas requer

articulação com instituições e sociedade, mas em condições que as reconheçam como sujeitos do processo. Isso inclui presença em comitês, editorias, grupos de pesquisa e equipes responsáveis por políticas de acessibilidade.

Há também uma dimensão geracional. Rangel (2024, p. 65-66) e Silveira e Baalbaki (2024, p. 92-93) indicam que conhecer mulheres surdas pioneiras amplia referências para jovens surdas. As plataformas digitais potencializam esse processo ao permitir acesso a vídeos, entrevistas, artigos e eventos de pesquisadoras distantes geograficamente. A rede torna-se, assim, uma rede de referências profissionais e de compartilhamento de conhecimentos práticos sobre formação, congressos, publicação e produção em Libras.

Entretanto, a facilidade de copiar e encaminhar conteúdos exige protocolos éticos. Rangel (2024, p. 56-57) chama atenção para privacidade e limites metodológicos da pesquisa em mídias sociais. Fortalecer redes acadêmicas implica respeitar contexto da sinalização, autoria, autorização de imagem e finalidade de uso. A infraestrutura digital ganha densidade científica quando transforma conexões episódicas em colaboração sustentada: leitura entre pares, coautoria, organização de eventos, construção terminológica, divulgação de oportunidades e preservação de memória.

Circulação do conhecimento científico em Libras

A circulação do conhecimento constitui uma dimensão crítica do debate. A existência de pesquisadoras surdas e de recursos digitais não garante que artigos, dissertações, teses e resultados estejam acessíveis em Libras. Gomides *et al.* (2022, p. 202-204) mostram que a produção científica destinada à comunidade surda permanece fortemente concentrada em línguas orais escritas e que trabalhos integralmente em Libras ainda aparecem em nichos específicos. O problema alcança também a autoria, pois estudantes surdos que chegam à pós-graduação são produtores potenciais de monografias, dissertações e teses:

Não devemos nos esquecer de que esses alunos serão autores de monografias, dissertações e também teses. Lembramos que ainda são escassos os trabalhos de finalização de curso em Libras, mesmo aqueles produzidos por autores surdos. Inferimos que as regulamentações dos cursos no Ensino Superior também condicionam a produção de trabalhos finais em língua portuguesa, no caso brasileiro, não proporcionando outras possibilidades. Ressaltamos também que apesar do reconhecimento da Libras pela Lei nº 10.436/2002, essa mesma lei determina que a Libras não pode substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. Esse fato pode intensificar as dificuldades que envolvem a socialização do conhecimento científico aos surdos (Gomides *et al.*, 2022, p. 203).

A barreira, portanto, não está apenas no consumo da ciência. Quando a pesquisadora surda precisa produzir exclusivamente na língua majoritária, a Libras permanece afastada de etapas centrais da

elaboração científica. Defender formatos bilíngues não significa dispensar a língua portuguesa escrita, mas permitir que a Libras integre o texto científico como língua de produção e não apenas como tradução posterior.

Os dados de Gomides *et al.* (2022, p. 204-205) revelam a dimensão estrutural do problema. Entre dezenas de artigos localizados no recorte da pesquisa, nenhum apresentava versão em vídeo em Libras. Isso demonstra que digitalização não equivale a acessibilidade: um PDF na internet pode reproduzir a mesma lógica monolíngue da publicação impressa. Para redes de pesquisadoras surdas, a ausência de versões sinalizadas restringe leitura entre pares, debate e apropriação comunitária dos resultados.

Malacarne e Oliveira (2018, p. 291-293) mostram uma possibilidade complementar ao analisar vídeos e sinalários científicos em Libras. Plataformas de compartilhamento e grupos de mensagens podem ampliar o acesso à terminologia e favorecer discussão de novos sinais, embora persistam questões de variação, rigor e contextualização conceitual. Sinalários podem tornar-se objetos colaborativos de pesquisa quando registram fonte, área, contexto de uso e variantes, evitando que a circulação rápida elimine informações necessárias à validação científica.

Fernandes e Medeiros (2017, p. 101-104) destacam que materiais em videolibras podem ampliar autonomia e acesso ao

conhecimento no ensino superior. A produção científica em vídeo exige decisões discursivas, tradutórias e técnicas; por isso, precisa ser reconhecida como trabalho intelectual multimodal. Schlindwein e Rocha (2023, p. 6-7) reforçam que a comunicação de pessoas surdas combina diferentes recursos semióticos, como Libras, escrita, imagem e legenda. Na divulgação científica, essa combinação pode articular conceito, sinal-termo e referência bibliográfica para públicos diversos.

Experiências editoriais já apontam caminhos. No artigo de Rangel (2024, p. 54), a Revista Espaço indica acesso em Libras por QR code ou link. Recursos desse tipo não resolvem todos os problemas de equivalência, preservação e indexação, mas mostram que periódicos podem incorporar a Libras à arquitetura editorial. Gomides et al. (2023, p. 45-47) também destacam dicionários, glossários, aplicativos, revistas em Libras e resumos em vídeo como possibilidades, ressaltando a necessidade de mediação colaborativa e vínculo com a cultura surda.

A circulação científica depende ainda de encontrabilidade e permanência. Um vídeo sem autoria explícita, palavras-chave, data e endereço persistente pode alcançar muitas pessoas e, simultaneamente, permanecer invisível para sistemas acadêmicos. A partir das lacunas apontadas por Gomides et al. (2022, p. 204-205), pode-se sustentar que políticas bilíngues precisam associar acessibilidade a infraestrutura documental: metadados, repositórios,

formas estáveis de citação e preservação. O fortalecimento das redes exige conectar a agilidade das mídias sociais à memória institucional da ciência.

Limites e condições institucionais para o fortalecimento das redes

O reconhecimento das potencialidades digitais não pode obscurecer seus limites. Schlindwein e Rocha (2023, p. 3-4) lembram que a apropriação das tecnologias é condicionada por fatores econômicos, sociais e ideológicos. Assim, não é possível pressupor que todas as pesquisadoras surdas disponham das mesmas condições de conexão, equipamentos, formação audiovisual, apoio técnico ou tempo para produzir conteúdos digitais. A desigualdade tecnológica pode reproduzir assimetrias já existentes no ensino superior, tornando mais visíveis aquelas que possuem melhores recursos institucionais e deixando outras trajetórias menos documentadas.

Também existe uma dependência problemática de plataformas comerciais. Instagram, YouTube e WhatsApp facilitam encontros, divulgação e compartilhamento, mas suas regras de visibilidade, permanência, moderação e acesso não são definidas pela comunidade acadêmica. Rangel (2024, p. 56-57) mostra que a pesquisa em mídias sociais requer atenção aos limites metodológicos e éticos dos dados públicos. Para a ciência, acrescenta-se um desafio de preservação: conteúdos podem ser removidos, contas podem desaparecer e

formatos podem mudar. Redes de pesquisadoras surdas precisam, por isso, de estratégias que combinem plataformas de grande circulação com repositórios institucionais, arquivos e sistemas persistentes de identificação.

A acessibilidade também precisa ser concebida desde o início. Gomides et al. (2023, p. 46-47) defendem que tecnologias voltadas à educação de surdos estejam articuladas à identidade e à cultura surdas e que a comunidade participe da validação dos materiais. Essa lógica pode ser estendida à comunicação científica. Em vez de publicar primeiro um artigo integralmente pensado para leitores de português e somente depois produzir uma adaptação resumida, projetos editoriais podem incorporar desde a submissão a possibilidade de versões em Libras, resumos sinalizados, dados audiovisuais e revisão por pesquisadores com competência na língua.

Tal mudança demanda reconhecimento do trabalho envolvido. Produzir um texto científico em vídeo requer planejamento discursivo, preparação terminológica, gravação, edição e revisão. Rosado, Sousa e Nejm (2017, p. 200-202) mostram que a produção audiovisual envolve etapas e conhecimentos específicos; Fernandes e Medeiros (2017, p. 103-104) evidenciam que a tradução para Libras combina aspectos visuais e tecnológicos. Se instituições desejam ampliar a circulação em Libras, precisam considerar esses processos em editais, cronogramas, financiamento, carga de trabalho e avaliação. Caso

contrário, a obrigação de tornar a ciência acessível pode recair desproporcionalmente sobre as próprias pesquisadoras surdas.

Outro desafio é evitar que a rede seja confundida com um espaço homogêneo. As mulheres surdas possuem trajetórias, regiões, raças, áreas científicas, gerações e experiências distintas. Perlin e Jung (2024, p. 29-33) registram a diversidade de demandas de mulheres surdas em diferentes momentos da vida, enquanto Stumpf, Rezende-Curione e Souza (2024, p. 95, 105) demonstram como raça, violência linguística e exclusão econômica podem produzir formas específicas de marginalização. Uma rede fortalecida precisa permitir diferenças internas e não produzir uma imagem única da pesquisadora surda.

A partir do conjunto da literatura, podem ser indicadas algumas direções institucionais. A primeira é reconhecer a Libras como língua possível de produção científica em diferentes gêneros, e não apenas como ferramenta de tradução. A segunda é criar políticas editoriais que associem vídeos em Libras a metadados, DOI, transcrições e referências completas. A terceira é ampliar a presença de pesquisadoras surdas em conselhos editoriais, comissões científicas, bancas e equipes responsáveis por acessibilidade. A quarta é financiar formação e infraestrutura audiovisual. A quinta é estimular redes interinstitucionais que conectem pesquisadoras, estudantes e grupos de pesquisa de diferentes regiões. Essas direções são inferidas da

combinação entre as barreiras e as experiências de autoria, colaboração e circulação documentadas pelas fontes analisadas.

Também se mostra necessário valorizar práticas de mentoria e memória. Silveira e Baalbaki (2024, p. 92-93) e Rangel (2024, p. 65-66) convergem ao demonstrar que conhecer mulheres surdas pioneiras produz referências para novas gerações. Um ambiente digital institucionalmente sustentado pode reunir perfis, entrevistas, produções em Libras, bibliografias e projetos de pesquisadoras surdas, facilitando o reconhecimento de trajetórias e a formação de parcerias. Essa proposta não substitui currículos acadêmicos oficiais, mas pode complementar sistemas cuja arquitetura foi historicamente concebida para textos escritos e línguas orais.

Por fim, o fortalecimento das redes depende de reciprocidade entre universidade e comunidade. As tecnologias digitais podem ampliar a circulação, mas o valor da rede reside na qualidade das relações que ela sustenta. Produções em Libras precisam retornar à comunidade, e demandas comunitárias precisam ter condições de chegar aos espaços de pesquisa. A nota coletiva analisada por Stumpf, Rezende-Curione e Souza (2024, p. 105-106) e as mobilizações históricas reconstruídas por Caldas (2021, p. 3-6) mostram que conhecimento, cidadania e ação coletiva estão interligados. A rede de pesquisadoras surdas torna-se mais robusta quando ciência e participação social não são compreendidas como esferas separadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise permite afirmar que as tecnologias digitais possuem potencial significativo para fortalecer redes de pesquisadoras surdas quando são compreendidas como parte de relações linguísticas, acadêmicas e sociais. Vídeos, redes sociais, aplicativos de mensagens, repositórios e periódicos podem reduzir distâncias, favorecer autoria em Libras, apoiar memória coletiva e ampliar a circulação de pesquisas. As fontes examinadas apresentam experiências de uso do Instagram e do WhatsApp para interlocução e produção de dados, do vídeo como registro linguístico e acadêmico e de ações coletivas protagonizadas por mulheres e pesquisadores surdos.

O primeiro eixo do fortalecimento é a autoria. A presença de mulheres surdas na ciência demonstra que elas não são apenas destinatárias de políticas de acessibilidade, mas produtoras de conceitos, práticas e interpretações. As tecnologias ampliam possibilidades de videoregistro e publicação sinalizada, porém o reconhecimento dessas produções depende de políticas editoriais que atribuam à Libras estatuto de língua científica. O segundo eixo é a colaboração: as redes aparecem em conexões entre pesquisadoras, professoras, estudantes, movimentos, grupos de pesquisa, eventos e profissionais da tradução, e podem ganhar maior continuidade por meios digitais.

O terceiro eixo é a circulação. A literatura evidencia que parcela expressiva da produção sobre surdos e Libras continua disponível prioritariamente em português escrito. A simples presença de PDFs na internet não assegura acesso linguístico. Audiovisual, sinalários, videolibras e plataformas digitais ampliam possibilidades, mas precisam ser associados a revisão, metadados, preservação, formas de citação e participação de pesquisadoras surdas nas decisões institucionais.

Conclui-se, portanto, que tecnologias digitais funcionam como dispositivos de conexão e amplificação, enquanto as redes são constituídas pela ação das próprias pesquisadoras: produção de conhecimento, reconhecimento de pares, memória e colaboração. O desafio contemporâneo é transformar conexões já existentes em condições duradouras de cooperação acadêmica, garantindo infraestrutura, ética, diversidade interna e valorização da Libras. Assim, mulheres surdas podem não apenas acessar a ciência, mas definir agendas, produzir saberes e fazer esses saberes circular em sua língua, fortalecendo uma comunidade científica mais plural e linguisticamente acessível.

REFERÊNCIAS

CALDAS, Ana Luiza Paganelli. Memórias, histórias e narrativas da liderança surda na luta pela cidadania: da semente plantada à árvore

crescida. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v. 6, e69252, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5216/rs.v6.69252>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revsinal/article/view/69252>. Acesso em: 6 set. 2026.

FERNANDES, Sueli; MEDEIROS, Jonatas. Tradução de Libras no ensino superior: contribuições ao letramento acadêmico de estudantes surdos na Universidade Federal do Paraná. **Revista Arqueiro**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 100-117, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-arqueiro/article/view/1076>. Acesso em: 6 set. 2026.

GOMIDES, Paula Aparecida Diniz; CAMPELLO, Ana Regina e Souza; RIBEIRO, Tiago da Silva; SILVA, Erliandro Felix; FRANCIONI, William Velozo. Libras como língua minoritária: estratégias de acesso e circulação do conhecimento científico produzido sobre e pela comunidade surda. **SCIAS Língua de Sinais**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 195-213, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revista.uemg.br/sciasls/article/view/6802>. Acesso em: 6 set. 2026.

GOMIDES, Patrícia Aparecida Diniz; SILVA, Erliandro Félix; FRANCIONI, William Velozo; RIBEIRO, Valquíria Ferreira; NOGUEIRA, Tales Douglas Moreira. Surdez e educação superior: contribuições das novas tecnologias para o bilinguismo nas universidades. **SCIAS Língua de Sinais**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 37-56, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://revista.uemg.br/sciasls/article/view/7983>. Acesso em: 6 set. 2026.

LARA, Ana Paula Gomes. “Mulher-surda-professora”: protagonismo na educação de surdos no Rio Grande do Sul. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 15-25, jan./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.15-25>. Disponível em:

<https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.15-25>. Acesso em: 6 set. 2026.

MALACARNE, Vilmar; OLIVEIRA, Verônica Rosemary de. A contribuição dos sinalários para a divulgação científica em Libras. **Ensino em Re-Vista**, Uberlândia, v. 25, n. 2, p. 289-305, maio/ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.14393/ER-v25n2a2018-2>. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/ER-v25n2a2018-2>. Acesso em: 6 set. 2026.

PERLIN, Gladis; JUNG, Ana Paula. O protagonismo contemporâneo da mulher surda e a luta contra todas as formas de violência linguística e de gênero. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 26-40, jan./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.26-40>. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.26-40>. Acesso em: 6 set. 2026.

PERLIN, Gladis; REIS, Flaviane. Surdos: cultura e transformação contemporânea. In: PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne (org.). **Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas**. Curitiba: CRV, 2012. p. 29-46.

RANGEL, Gisele Maciel Monteiro. Protagonismo e pioneirismo na constituição do heroísmo feminino surdo. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 53-66, jan./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.53-66>. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.53-66>. Acesso em: 6 set. 2026.

ROSADO, Luiz Alexandre da Silva; SOUSA, Alexandre de Melo; NEJM, Vivian Castelo Baltar. A produção de vídeo no contexto da surdez: relato de uma experiência mídia-educativa na disciplina TICs do curso bilíngue de Pedagogia do INES. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 48, p. 197-217, jul./dez. 2017. Disponível em:

<https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1208>. Acesso em: 6 set. 2026.

SCHLINDWEIN, Ana Flora; ROCHA, Daniele Silva. Libras e tecnologia: práticas translingües na produção de youtubers surdos. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 1-27, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-460X202359803>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-460X202359803>. Acesso em: 6 set. 2026.

SILVEIRA, Luciane Cruz; BAALBAKI, Angela Corrêa Ferreira. Mulheres surdas na ciência: necessária visibilidade. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 79-93, jan./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.79-93>. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.79-93>. Acesso em: 6 set. 2026.

STUMPF, Marianne Rossi; REZENDE-CURIONE, Patrícia Luiza Ferreira; SOUZA, Joyce Cristina. Epistemicídio surdo, privação e violência linguística: estudo de caso de Sônia, uma mulher negra surda. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 94-106, jan./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.94-106>. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.94-106>. Acesso em: 6 set. 2026.